

## 13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

# MUSEOLOGIA

### PATRIMONIALIZAÇÃO - TERMOS E CONCEITOS EM AÇÃO: IDENTIFICANDO E EXPLICITANDO INDICADORES TEÓRICO-PRÁTICOS PARA APLICAÇÃO

1Maria Pierro Gripp (bolsista PIBIC); 1 Diana Farjalla Correia Lima (Orientador);

1- Departamento de Estudos e Processos Museológicos; Escola de Museologia; Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Apoio Financeiro: CNPq.

Palavras-chave: Patrimonialização; Atributos simbólicos do Patrimônio; Terminologia na Museologia

#### INTRODUÇÃO

O subprojeto integra a pesquisa UNIRIO Musealização e Patrimonialização – Termos e Conceitos da Museologia em ação: identificando e explicando indicadores teórico-práticos para aplicação (produtividade CNPq). Aborda o contexto informacional/comunicacional da Museologia por meio da terminologia utilizada pelo campo de conhecimento, identificada como Linguagem de Especialidade, Linguagem Profissional, representando o “capital cultural” da área no sentido emprestado por Pierre Bourdieu (1986, 1989) nas suas pesquisas sobre os campos do conhecimento e o exercício do poder simbólico. Assim, as significações do autor sobre apropriação, competência e legitimidade são pontos de apoio no estudo. A perspectiva da investigação contempla a produção científica do campo e sua disseminação em processo de comunicação que atinge tanto o público de pesquisadores ligados ao tema como demais interessados em fontes de consultas especializadas. E o recorte apresentado no subprojeto está vinculado ao estudo do conjunto de indicadores, valores e procedimentos que representam o termo/conceito Patrimonialização, cuja presença no contexto da Museologia está alicerçada ao qualificar-se o Museu conforme o caráter de um Patrimônio Musealizado.

Consoante esta perspectiva, tomou-se como base a definição de Patrimonialização que indica:

[...] um processo imposto, reconhecido e aplicado por instâncias culturais personificadas como agentes institucionais do campo que tratam do tema. Ao mesmo tempo, é instrumento representando o modelo de apropriação cultural realizada por meio do poder simbólico cuja presença é exercida pelas instâncias para agir como representantes das necessidades e aspirações de inúmeros grupos sociais. (LIMA, 2014, p. 3)

O subprojeto se fundamenta na relação estabelecida entre a Museologia e Patrimônio, entrelace cultural que possui natureza comum centrada na “ideia de preservação” (DESVALLEES, MAIRESSE, 2010, 50-52; 2011, 252, 254), postura compreendida como figura da proteção (salvaguarda) dos Bens simbólicos representativos das coletividades. A perspectiva está assentada na proposição de transmitir a herança cultural às gerações futuras e sendo exercitada sob a forma de Patrimonialização dos Bens.

E embora o termo/conceito do processo para patrimonializar tenha por significação estabelecer nova função cultural para o que é apropriado por instâncias dotadas dessa competência legitimadora da ação e que atribui ao Bem uma nova caracterização, a ordem de configurar um Patrimônio, os conteúdos de pensamento e ação que orientam as intervenções das instâncias culturais, ou suas políticas, segundo a literatura de consulta por ora, ainda, não contemplam e não explicitam pontualmente as significações das condições requeridas e as determinações aplicadas para compor um perfil adequado no caso da Patrimonialização. Neste ponto, reside a interrogação que move o subprojeto acompanhando o questionamento do projeto ao qual se vincula, como por exemplo: qual/quais as significações dadas pelas políticas, e para a representação dos critérios, como também para os requisitos entre os itens aplicados.

#### OBJETIVO

-- Identificar/analisar no contexto das instâncias culturais tematicamente associadas o conjunto de significações (conceitos) atribuído ao termo Patrimonialização; as políticas institucionais de entidades socialmente credenciadas para o trato do assunto e exercidas em abrangência nacional e internacional, visando construir/explicitar elenco de indicadores: critérios de valor e seus procedimentos de intervenção que regem a apropriação simbólica de manifestações caracterizadas como Bens Culturais.

-- Identificar e analisar o poder decisório das instâncias na abordagem dos Bens Simbólicos Patrimonializados. No corpo explicativo (ideias, valores) em modelos teórico-descritivos que caracterizam as qualificações. No corpo prático (normas, ações) apoiado nos aspectos das ordenações e regulamentações de enquadramento.

-- Partilhar, a partir do estudo das designações (termos/conceitos) indicadas – ambiente da Linguagem de Especialidade, elementos (subsídios) aos estudos da Linguagem Documentária da Museologia e do Patrimônio (normalização terminológica), em razão de seu caráter de elemento mediador entre pesquisador e fonte de consulta em bases de dados que atuam para a comunicação científica do campo museológico.

#### METODOLOGIA

-- Levantamento e análise comparativa das fontes em língua portuguesa, inglesa, francesa e espanhola (os três últimos idiomas são considerados como oficiais em documentos da UNESCO) dos termos/conceitos selecionados em suportes tradicionais e em ambiente Internet, produzidos por instituições e por especialistas dos campos envolvidos, em plano nacional e internacional que atuam como fontes de consulta e base para estudos no campo museológico e patrimonial.

-- Usar como principais fontes de pesquisa: os Documentos Patrimoniais representando o elenco do Patrimônio nas feições Material e Intangível relacionado a instituições que tratam do assunto; documentação de inscrição de Bens protegidos relacionados a Patrimônio: Registros de Bens nas

## 13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

modalidades Inventários, Catálogos, Listas e assemelhados; outros documentos como tesouros e dicionários técnicos, monografias (teses, dissertações, livros), artigos (periódicos científicos e anais de eventos), capítulos de livros.

### RESULTADOS

A pesquisa está indicando que o Conselho Internacional de Museus, International Council of Museums, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, International Council on Monuments and Sites, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization, (entre outras entidades), atuam com expressiva relevância no papel de agentes detentores do exercício do poder simbólico para a Patrimonialização de acordo com a “competência” cultural (BOURDIEU, 1989, p. 34, 52, 103), segundo a análise dos Documentos Patrimoniais, dos documentos normativos das instituições de referência, bem como por meio do delineamento que se elaborou dos seus perfis apresentados nos sítios eletrônicos, quando se identificou suas legitimadas políticas institucionais (missão, objetivos, atividades) contextualizadas no panorama da vida social.

Esse ponto da investigação identificou diferentes termos cuja interpretação qualifica e representa a noção de Patrimônio, denominando-os como indicadores patrimoniais e, assim, são representados: bens monumentais, obras-primas, guardiã da civilização, mensagens espirituais do passado, memória do homem, bens insubstituíveis da cultura, fato memorável, tradição, riqueza espiritual e intelectual, entre demais caracterizações. Estas atribuições sob forma terminológica são estabelecidas pelas diferentes instituições aos Bens para lhes conferir um novo significado, uma nova função cultural, o valor de representar Patrimônio, “bem simbólico” e, portanto, possuir reconhecimento social e importância, em especial, iniciando pela imagem da necessidade da preservação da herança coletiva.

A diversidade de culturas e patrimônios no nosso mundo é insubstituível fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade. A proteção e a valorização da diversidade cultural e patrimonial no nosso mundo deveria ser ativamente promovida como um aspecto essencial do desenvolvimento humano. (UNESCO, Conferência de Nara, 1994, p.1-2)

Além de termos representativos, estes indicadores estão apoiados em valores estabelecidos por meio do processo de construção do próprio conceito de Patrimônio. Ou seja, nos primeiros documentos analisados, a exemplo da Carta de Atenas, 1931, o valor de prova, “testemunho”, torna-se fundamental para se compreender a ideia de monumento proposta. Também sob a interpretação de “interesse segundo áreas do conhecimento” (LIMA, 2010, p. 9) estabelecem-se classes para o Patrimônio como: arqueológico, histórico, artístico, legitimando a apropriação e a demanda pela preservação dos bens por meio de categorização hegemônica lastreando os campos do conhecimento. E, ainda, o valor “autenticidade” (authenticity), “excepcionalidade/excepcional” (exceptional), “integridade” (integrity) mencionados em diferentes Documentos Patrimoniais e várias fontes como critério diferenciador e hierárquico, isto é, a marca de “distinção” conforme Bourdieu (1989), durante o processo de determinação e estabelecimento da categoria Patrimônio.

Outro dado relevante ao se pensar o processo de Patrimonialização é reconhecer as modelagens que permeiam essa qualificação. E no campo internacional este procedimento de apreciação seletiva do Patrimônio, configuração de uma apropriação cultural e o exercício do poder simbólico sob a forma de tutela, é expresso pela UNESCO em parceria com o ICOMOS e o IUCN - International Union for Conservation of Nature ao estabelecer a categoria “Patrimônio Mundial da Humanidade” (World Heritage), definida na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, realizada em Paris, 1972, compreendendo a existência de um valor da ordem do universal sob a modalidade do excepcional relativo aos Bens.

O valor universal excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a proteção permanente deste patrimônio é da maior importância para toda a comunidade internacional. O Comitê define os critérios para a inscrição dos bens na Lista do Patrimônio Mundial. (UNESCO, 1972, p.14).

Neste documento internacional há a determinação de dez critérios (criterias) necessários para a atribuição e legitimação em nível universal do Patrimônio Mundial da Humanidade, outro título que ostenta. Seis critérios estão voltados para a categoria Patrimônio Cultural e quatro para Patrimônio Natural. E o reconhecimento em âmbito mundial só é estabelecido após esses Bens Simbólicos serem previamente considerados Patrimônios Nacionais em seus países de origem e, também, que estejam enquadrados em pelo menos um critério estabelecido na Convenção.

Em âmbito nacional, o reconhecimento do Patrimônio se dá por meio do instrumento legal Tombamento, estabelecido no Decreto Lei nº25/1937, e o Registro, normatizado pelo Decreto nº. 3.551/2000, sendo de responsabilidade do IPHAN a institucionalização e aplicação destas ferramentas tutelares. Os dois instrumentos visam à preservação e enquadramento das faces do Patrimônio Material e do Patrimônio Imaterial, o mesmo que Intangível, inscritos, respectivamente, em livros específicos de tomo (materialidade) e de registro (imaterialidade) estabelecendo administrativamente e conceitualmente o reconhecimento destes Bens.

Desse modo, o processo de Patrimonialização se configura em diferentes âmbitos e qualificações, apreciando e apropriando-se simbolicamente, tendo como prerrogativa a ideia de preservação dos bens para as gerações futuras, considerando-os elementos de um legado que expressa os contextos representativos associados ao sentido de identidade cultural dos grupos sociais.

### CONCLUSÃO

A pesquisa está verificando que as instâncias de legitimação que se apropriam dos Bens Simbólicos desenvolvem instrumentos de tutela demarcando seus espaços como instituições legítimas de referência no trato do Patrimônio e consagram suas atribuições como qualificações pertinentes que por sua adequada especialidade merecem ser seguidas. Estes instrumentos de tutela avocados e a cargo dos especialistas (entidades e profissionais) podem ser identificados sob a forma institucionalizada de inventários, listas, convenções, cartas, leis, entre outras designações e documentos que demarcam o território de domínio das instituições e suas ações de proteção e gestão do Patrimônio.

As discussões de resultado desta fase do subprojeto apresentam apontamentos tanto no âmbito nacional como internacional e elaboram correlações entre critérios, valores/atributos e categorias relacionadas ao conceito de Patrimônio. Reconhece-se ainda para este início da investigação que horizontes se abrem para estudos no campo da Museologia. É necessário persistir neste caminho.

## 13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

### REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto n. 25 de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil/\\_03/Decreto-Lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil/_03/Decreto-Lei/Del0025.htm)>. Acesso em: fev. 2014.
- BRASIL. Decreto n. 3.551 de 04 de agosto de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm)>. Acesso em: mar. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. Tradução de Sérgio Miceli. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. (Coleção Estudos). Textos escolhidos de Pierre Bourdieu por Sérgio Miceli.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989. (Memória e Sociedade).
- DESVALLÉES, A., MAIRESSE, F. (Ed). Dictionnaire Encyclopédique de Muséology. Paris: Armand Colin, Centro Nacional du Luvre. 2011. 2 v.
- ICOMOS. International Council on Monuments and Sites. Disponível em: <<http://www.icomos.org>>. Acesso em: fev. 2014.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do?sessionId=EF11748998B94CAA2ECF340A68B86015>>. Acesso em: fev. 2014.
- LIMA, Diana Farjalla Correia. Atributos simbólicos do patrimônio: museologia/ “patrimoniologia” e a informação em contexto da linguagem de especialidade. In: ENANCIB 2010 – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (11), 2010, Rio de Janeiro. Anais XI ENANCIB 2010, GT 9 – Museus, Patrimônio e Informação. Rio de Janeiro: ANBIB, PPGCI-IBICT/UFRJ, 2010. n. p. 1 CD ROM. Disponível em: <<http://congresso.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/view/273>>. Acesso em: set. 2013.
- LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência e comunhão. Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Dossiê Museologia e Patrimônio, v.7, n.1, jan.- abr. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222012000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222012000100004&script=sci_arttext)>. Acesso em: set. 2013.
- LIMA, Diana Farjalla Correia; RODRIGUES DA COSTA, Igor F. Patrimônio, herança, bem e monumento: Termos, usos e significados no campo museológico. In: ICOFOM 2006 – Annual Symposium (29), 2006, Museo Nacional Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa del Virrey Liniers, Alta Gracia. Museology - a field of knowledge: Museology and History. Córdoba, Alta Gracia: ICOFOM/ICOFOM LAM, 2006, p. 320-326. (ICOFOM Study Series - ISS 35). Disponível em: <[http://network.icom.museum/fileadmin/user\\_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2035%202006%20History.pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2035%202006%20History.pdf)>. Acesso em: maio 2014.
- LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização e Patrimonialização – Termos e Conceitos da Museologia em ação: identificando e explicando indicadores teórico-práticos para aplicação – Relatório Docente (ago. 2014 - jul. 2015). Rio de Janeiro: UNIRIO – PROPG, DPq. 2014. 10 p.
- UNESCO – The Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. World Heritage Center, jul. 2012. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/guidelines/>>. Acesso em: jan. 2014.
- UNESCO – Nara Document on Authenticity. Tailândia. 1994. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/nara94.htm>>. Acesso em: dez. 2014.